

As reflexões mexicanas de FHC

Bolivar Lamounier (*)



durante o primeiro semestre do ano passado, o presidente vinha-se referindo de maneira bem mais lisonjeira ao Congresso e aos partidos. Quando o Congresso aprovou por ampla margem suas propostas de "flexibilizar" diversas cláusulas econômicas da Constituição, Fernando Henrique pensou ou foi levado a pensar que os nossos partidos haviam passado por notável amadurecimento. O fato, entretanto, é que aquelas eram votações tipicamente binárias (contra ou a favor) e sobre as quais já existia ampla receptividade no Congresso, como as pesquisas do Idesp vinham mostrando desde 1991. Previdência, administração e reforma tributária são questões bem mais complexas. Nestas, como era de se prever, a ação de grupos infrapartidários é poderosa e as dissensões intrapartidárias se manifestam já na escolha dos relatores.

A segunda razão para a celeuma em torno do desabafo sociológico de Fernando Henrique é que o conceito

de "corporativismo" é de fato um dos mais instigantes para quem tenta compreender a política brasileira. Tomado em seu sentido mais estrito, corporativismo é aquele legado fascista que se acha até hoje embutido na CLT e nos dispositivos sobre organização sindical da Constituição. É o fato

de se transferir para os sindicatos, que são ou deveriam ser entidades privadas, uma vasta parcela de autoridade pública. No caso brasileiro, essa parcela de autoridade pública inclui o monopólio concedido ao sindicato, como representante exclusivo de sua categoria em uma dada demarcação territorial, e o direito de se financiar com recursos cobrados compulsoriamente de todos os trabalhadores em sua jurisdição, inclusive dos que a ele não se afiliaram. Em sentido mais amplo, corporativismo é uma afirmação desmedida dos interesses de setores organizados, em detrimento do interesse público. Como toda sociedade tem in-

teresses "particulares" sempre tratando de se afirmar, segue-se que o problema, aqui, não é o particularismo como tal, e sim a debilidade das instituições incumbidas de formular e fazer prevalecer sua visão do interesse "público". Nesse sentido, o corporativismo se fortalece na exata medida em que práticas condenáveis comprometem a legitimidade do Legislativo e em que alianças diversas (umas mais e outras menos santas) impedem a efetivação da reforma

**Negocia-se
com Vicentinho
e Medeiros,
mas quem
vota é o
Congresso**

política que estamos debatendo há anos. Mas o termo corporativismo também surge em conexão com a chamada negociação direta, isto é, quando setores organizados são chamados a participar de decisões. Como regra geral, é sempre bom ouvir os interessados diretos em determinada questão, e isso é feito corriqueiramente tanto pelo Executivo

como pelas comissões e lideranças relevantes do Congresso. O que não se pode é ignorar que a negociação, direta também envolve custos, e não apenas benefícios. Negocia-se com Vicentinho e Medeiros, mas quem vota é o Congresso. A autoridade final é dos representantes eleitos, e esse, justamente, é o traço que distingue o nosso sistema democrático-representativo dos corporativismos de origem fascista. O prestígio próprio de certos interlocutores (basta pensar nos artistas, ídolos esportivos e altas autoridades religiosas) e o prestígio que a própria negociação lhes traz por acréscimo desequilibram os pratos da balança contra os congressistas. Estes, evidentemente, resistem, pois a negociação direta sempre tem o potencial de diluir, na prática, a autoridade que a sociedade formalmente lhes atribuiu para tomar decisões finais e imperativas. Ou seja, o corporativismo se insinua por todas as brechas do processo político, e não só nos meandros do Legislativo. ■

(*) Cientista político, diretor de pesquisa do Idesp (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo).

Em seu recente périplo mexicano, Fernando Henrique fez um longo discurso sobre globalização e quejandos e um curto desabafo contra o "corporativismo" e os "lobbies" que, ao ver dele, desfiguram os partidos e o Congresso Nacional. Como seria de esperar, a repercussão interna do desabafo foi bem maior que a do discurso. José Genóino aplaudiu, José Sarney tomou as dores do Congresso e o porta-voz da Presidência, por via das dúvidas, apressou-se em dizer que o presidente não falara como presidente, e sim como sociólogo...

Como sociologia, não se pode dizer que a reflexão do presidente-sociólogo tenha trazido novidades. Ninguém ignora que uma miríade de grupos de interesse atua continuamente sobre o Congresso Nacional, que muitos, talvez a maioria dos parlamentares, se sentem mais ligados a esses grupos que às siglas, e que praticamente todos os parlamentos do mundo convivem com essa tensão latente entre grupos de interesse e partidos políticos. Embora esta teoria possa parecer cínica, o fato é que grupos de interesse ou "lobbies" são

mais "naturais" do que partidos, na medida em que se formam diretamente a partir dos interesses (materiais, ideais, religiosos...) de diferentes segmentos sociais. Partidos, ao contrário, são criações "artificiais", no sentido de que são formados para domar a voracidade inicial daqueles interesses, refundindo-se em programas mais abrangentes e de longo prazo. Num país como o nosso, cuja organização partidária é habitualmente citada como exemplo internacional de debilidade, espantoso seria se o presidente-sociólogo tivesse dito o contrário: que os partidos se mantêm sempre altivos e coesos diante dos grupúsculos que ameaçam comer-lhes as vísceras.

**Não é segredo, em
qualquer país, que
os parlamentares
convivem entre
interesses de grupos
e partidos políticos**

Por que, então, a celeuma? Acho que a explicação tem duas partes, a primeira das quais é bem singela. Até o desabafo mexicano, e sobretudo